

“Bela vitória”, diz Temer sobre aprovação de meta

DECISÃO DO CONGRESSO dá aval para o governo federal fechar as contas públicas de 2016 com déficit primário de R\$ 170,5 bilhões



DIA/SAMPAGNO, ESTADÃO ONLINE

Declaração foi dada após presidente interino participar de cerimônia com embaixadores

O presidente interino Michel Temer disse que foi uma “bela vitória” a aprovação pelo Congresso do projeto que revisa a meta fiscal para 2016, autorizando o governo federal a fechar o ano com déficit primário de até R\$ 170,5 bilhões nas contas públicas. Temer deu a declaração após a cerimônia de entrega de credenciais de embaixadores de seis países, ontem, em Brasília.

Ficou mantida a previsão de que Estados e municípios farão um superávit de R\$ 6,55 bilhões neste ano, o que reduz o déficit total do setor público para

R\$ 163,94 bilhões.

– É um valor justo, é um valor bom para o país – afirmou o deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS), relator do projeto de reforma do orçamento.

Esta foi a primeira vitória do novo governo no Congresso, após uma sessão conjunta de deputados e senadores que durou mais de 16 horas. Aprovar a meta era crucial para Temer. Se a medida fosse rejeitada, o governo seria praticamente obrigado a paralisar a máquina pública com cortes para cumprir a meta de superávit primário de R\$ 24 bilhões, prevista inicialmente no orçamento

aprovado para 2016. O governo de Dilma Rousseff já havia enviado ao Congresso uma revisão, com uma projeção de déficit de R\$ 96 bilhões, mas a medida não chegou a ser votada.

Com o déficit em 2016, o governo brasileiro vai completar o terceiro ano com resultado fiscal negativo, enquanto se encaminha para a pior recessão em um século.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil caiu 3,8% em 2015 e a projeção para 2016 é de um resultado similar, com crescimento zero para 2017. Tudo isso em um cenário de inflação elevada e de desemprego crescente.

RECORDE NEGATIVO

Abril registra maior queda de empregos em 13 anos no RS

Influenciado pelos setores da indústria de transformação e agropecuária, o Rio Grande do Sul bateu recorde negativo na eliminação de empregos em abril de 2016, conforme dados do Cadastrar Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem. No comparativo com o mesmo mês dos últimos 13 anos, o resultado atual, que mostra o saldo entre contratações e desligamentos formais realizados, é o pior já registrado, com eliminação de 7.383 postos de trabalho.

Somados, os setores da indústria de transformação e agropecuária correspondem a 70% da redução de empregos no período, com saldo negativo de 2.988 e 2.174, respectivamente.

– A perda na indústria da transformação, em termos de efeitos multiplicadores, é dramática. Somada à retração na

agropecuária, isso mostra que a economia gaúcha deve continuar se defasando em relação ao restante dos Estados – afirma o economista professor da PUCRS Alfredo Meneghetti.

O saldo no Estado vai na contramão do registrado em nível nacional. O Brasil, apesar de também acumular resultado negativo em abril deste ano, apresentou pequena melhora em comparação ao mesmo mês de 2015. O resultado para o período em 2016 foi negativo em 62.844 postos, enquanto no ano anterior recuou 97.828.

Ontem, a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre revelou que a taxa de desocupação teve leve queda de 0,2 ponto percentual em abril ante março. Com o recuo, o índice ficou em 10,5% no mês passado.

IMPRENSA

Entidades repudiam ato de vandalismo contra prédio de ZH

Três entidades emitiram nota ontem repudiando o vandalismo cometido por um grupo de pessoas que saiu às ruas na noite de terça-feira durante um protesto contra o presidente interino Michel Temer. Alguns manifestantes atearam fogo a pneus e jornais na esquina das avenidas Erico Verissimo e Ipiranga, em Porto Alegre, além de jogarem pedras e uma televisão no prédio de Zero Hora. O Batalhão de Operações Especiais (BOE) da Brigada Militar também foi alvo dos manifestantes, recebido a pedradas. Não houve revide.

A Associação Gaúcha das Emissoras de Rádio e Televisão (Agert) disse que “considera extremamente preocupantes os atos de violência contra jornalistas e veículos de comunicação, que buscam intimidar o trabalho da imprensa, e configuram grave atentado ao livre exercício do jornalismo, devendo ser rechaçados em respeito à democracia”. Na nota, reafirma a “defesa intransigente da liberdade de expressão e ao direito à livre informação como direitos inalienáveis do público, essenciais ao Estado Democrático de Direito”. O documento é assinado pelo presidente da entidade, Roberto Cervo Melão.

A Associação Riograndense de Imprensa (ARI) reitera “sua inabalável posição na defesa da

liberdade de imprensa, do pleno exercício da profissão de jornalista e repudia manifestações e agressões que ferem a democracia”. No documento, a ARI diz que “não será a ação insana de vândalos que irá calar aqueles que por vocação e obrigação levam a todos o andar dos acontecimentos”. Por fim, a nota assinada pelo presidente, João Batista de Melo Filho, e pelo presidente do conselho deliberativo, Ercy Pereira Torma, incentiva que os “veículos continuem com a coragem e a vocação do bom jornalista a prestar os serviços independentes e isentos que as pessoas merecem e exigem”.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (Sindjors) também se manifestou dizendo rejeitar “toda e qualquer forma de violência contra jornalistas ou veículos de comunicação”. Diz a nota: “A entidade entende que manifestações pacíficas em frente a qualquer empresa são legítimas numa democracia, porém, não concorda com atos que coloquem em risco a integridade física e a vida das pessoas”. O texto afirma ainda que os “jornalistas têm de ser respeitados em qualquer manifestação como profissionais que estão exercendo seu trabalho, sem que sejam vítimas de assédio moral ou mesmo agressões físicas”.

MAIS GASTO DO QUE ARRECADAÇÃO

O QUE É A META?

É uma estimativa, feita pelo governo, de qual será a diferença entre o que ele vai arrecadar – com tributos, por exemplo – e gastar – com obras, educação, saúde, salários do funcionalismo etc.

A META PODE SER NEGATIVA?

Em geral, em países emergentes como o Brasil, a meta é positiva, ou seja, o governo promete gastar menos do que arrecada, para que sobre dinheiro e, com isso, consiga evitar que sua dívida cresça. Se o passivo está sob controle, os investidores e as instituições dispostas a emprestar dinheiro aceitam financiar o governo com juros mais baixos. Ontem, o Congresso aprovou uma meta negativa, ou seja, deu licença ao governo para gastar R\$ 170,5 bilhões acima do que vai arrecadar neste ano.

POR QUE A META ATUAL É NEGATIVA?

Porque estima-se que o governo gastará mais do que vai arrecadar. Há três principais fatores para isso:

- a) Com a crise econômica, a arrecadação de tributos está caindo. No primeiro quadrimestre deste ano, a queda foi de 7% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- b) Regras constitucionais fazem com que os gastos públicos

cresçam acima da inflação em áreas como saúde, educação e previdência.

c) A baixa eficiência do gasto público do país faz com que os governos desembolsem mais do que precisariam para oferecer um serviço insuficiente.

POR QUE O GOVERNO COMEMOROU A APROVAÇÃO?

Fundos, bancos e empresários estão adiando decisões de investimento porque têm dúvidas sobre a capacidade do governo de aprovar as medidas para conter o rombo nas contas públicas. Se não conseguir segurar esse rombo e o consequente aumento da dívida pública, os juros continuarão subindo e a crise se agravará. A votação foi considerada um primeiro teste da capacidade do governo de articular politicamente.

EVOCÔ COM ISSO?

O desequilíbrio das contas públicas afeta o cidadão comum de várias formas. Algumas delas:

- a) Eleva os juros para quem quer pegar empréstimo ou comprar em prestações.
- b) Dificulta investimentos das empresas, o que pode diminuir a oferta de emprego.
- c) Reduz a oferta e a qualidade do serviço público.